

## **Índice**

1.	CONTEXTO OPERACIONAL.....	2
2.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	3
3.	RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS .....	4
4.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....	16
5.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	20
6.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO.....	21
7.	CONTAS A RECEBER .....	28
8.	ESTOQUES .....	29
9.	IMPOSTOS A RECUPERAR.....	29
10.	INVESTIMENTOS.....	30
11.	IMOBILIZADO .....	31
12.	INTANGÍVEL .....	33
13.	DEBÊNTURES.....	35
14.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....	37
15.	FORNECEDORES .....	38
16.	SALÁRIOS E ENCARGOS A RECOLHER.....	39
17.	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER .....	40
18.	CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS .....	42
19.	PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS .....	43
20.	COMPROMISSOS .....	44
21.	PARTES RELACIONADAS .....	45
22.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	46
23.	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS .....	48
24.	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS .....	48
25.	DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS .....	49
26.	OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS .....	49
27.	RESULTADO FINANCEIRO.....	50
28.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO.....	52
29.	BENEFÍCIOS A EMPREGADOS .....	54
30.	LUCRO POR AÇÃO .....	55
31.	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS .....	56
32.	COBERTURA DE SEGUROS.....	57
33.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	58

**FLEURY S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**1. CONTEXTO OPERACIONAL****1.1 – A Sociedade**

O Fleury S.A. (“Fleury”, “Sociedade” ou “Controladora”, e, em conjunto com suas controladas, “Grupo Fleury” ou “Grupo”) tem por objetivo a prestação de serviços médicos na área de diagnósticos, tratamentos e análises clínicas, podendo participar em outras empresas como sócio, acionista ou cotista, bem como criar condições adequadas para o bom desempenho da profissão médica, além de pugnar pela pesquisa e estudos, visando ao progresso científico da Medicina.

O Grupo Fleury é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de São Paulo, e atua nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Pernambuco e Distrito Federal. As ações da Companhia estão registradas no mais elevado nível de governança corporativa da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), denominados Novo Mercado.

**1.2 – Combinação de Negócios****1.2.1 – Grupo Papaiz**

Em 28 de setembro de 2012, a controlada Fleury Centro de Procedimentos Médicos Avançados S.A. (“Fleury CPMA”), celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações, tendo por objeto a aquisição de 51% do capital social da Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S/S Ltda. (“Grupo Papaiz”).

O Grupo Papaiz é composto por unidades especializadas em radiologia odontológica.

A aquisição estava sob condição suspensiva até que seja aprovada pelos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, conforme legislação aplicável. Até a aprovação pelos órgãos competentes as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do Grupo Fleury não incluem o Grupo Papaiz.

**1.2.2 – Labs Cardiolab**

Em 13 de julho de 2011 o Fleury S.A. celebrou Acordo de Investimento que previa a aquisição de 100% da empresa LabsCardiolab Exames Complementares S.A (“LabsCardiolab”). A LabsCardiolab era uma empresa que atuava no setor de medicina diagnóstica no Estado do Rio de Janeiro.

A incorporação de LabsCardiolab foi aprovada pelos acionistas de Fleury S.A. em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2011.

A aquisição de participação acionária em LabsCardiolab pela Sociedade foi submetida à apreciação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 3 de agosto de 2011, nos termos da legislação em vigor a

época (Ato de Concentração n.º 08012.008448/2011-13). No momento, o processo encontra-se sob análise da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE. A Sociedade entende que esta aquisição não representa concentração de mercado que, portanto espera que o referido Ato de Concentração seja aprovado integralmente pelo CADE.

As demonstrações financeiras do Grupo Fleury foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 6 de março de 2013.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, arredondados para o milhar mais próximo indicado.

### **Demonstrações Financeiras – Controladora**

As Demonstrações Financeiras da Controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

### **Demonstrações Financeiras – Consolidadas**

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o padrão contábil internacional estabelecido pelo International Accounting Standards Board – IASB (conhecidos como International Financial Reporting Standards – IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme Instrução CVM nº 485 de 1º de dezembro de 2010, e encontram-se arquivadas na CVM e na BM&FBOVESPA via Sistema IPE, na categoria “Dados Econômico-Financeiros”.

### **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Controladora apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas Demonstrações Financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o Grupo Fleury optou por apresentar essas informações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

#### **Base de elaboração**

Dependendo da norma CPC aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das Demonstrações Financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o CPC permite a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição é utilizado.

Na elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs, a Administração da Companhia precisa tomar decisões, fazer estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos relacionados baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada, caso a revisão afete apenas aquele período, ou no período da revisão e em períodos futuros, se a revisão afetar tanto períodos correntes como futuros.

#### **Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem informações financeiras da Sociedade e de suas controladas.

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Sociedade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Sociedade e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As operações entre as empresas do Grupo Fleury, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações com controladas são eliminados.

#### **Instrumentos financeiros ativos**

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo Fleury possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado” e “recebíveis”.

### Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pelo Grupo Fleury na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras, e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos exceto para os créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos custos seria imaterial, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

### Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo ou no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo Fleury administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada do Grupo Fleury na cobrança de pagamentos, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

## **Apresentação de informações por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas com base nas características operacionais de cada segmento.

## **Conversão de moeda estrangeira**

### Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada uma das empresas do Grupo Fleury são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, R\$ é a moeda funcional do Grupo Fleury.

### Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

## **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

## **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo Fleury. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, exceto para as contas a receber de curto prazo quando o reconhecimento dos custos seria imaterial, menos a provisão para glosa e créditos de liquidação duvidosa ("PDD").

## **Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

## **Combinação de negócios**

### Demonstrações Financeiras – Consolidadas:

Nas demonstrações financeiras – consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo Fleury, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas minoritários é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados.

Quando a contrapartida transferida em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição) relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes sendo o correspondente ganho ou perda reconhecidos no resultado.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais o Grupo Fleury incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

### Demonstrações Financeiras – Controladora

Nas Demonstrações Financeiras - controladora, o Grupo Fleury aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação do Grupo Fleury no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação do Grupo Fleury no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

O ágio relacionado a investimento que tenha sido incorporado pela Sociedade é reclassificado da conta de “Investimento” para a conta “Intangível”.

### **Ágio**

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa, do Grupo Fleury desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado foram submetidas na data do balanço patrimonial a teste de redução no valor recuperável, havendo alguma evidência, esse procedimento poderá ocorrer com maior frequência. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

### **Ativo Imobilizado**

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou componentes de ativos pelo método linear, de modo que o valor do custo após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### **Classes de Imobilizado**

### **Vida Útil (anos)**

Edificações	60
Máquinas e equipamentos	13
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em bens de terceiros	5*

\* Prazo médio de vigência de contratos de aluguel



O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos".

## **Ativo Intangível**

### Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

### Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos segregados do ágio e registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

## **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio**

No fim de cada exercício, o Grupo Fleury revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo Fleury calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades

geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda, e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil determinado, como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável do ativo (ou unidade geradora de caixa) tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

## **Transações e participações não controladoras**

O Grupo Fleury trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo Fleury. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre a contraprestação transferida e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da adquirida é registrada no patrimônio líquido.

## **Instrumentos financeiros passivos**

### Instrumentos financeiros passivos não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo Fleury se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo Fleury baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo Fleury tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de realizar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Grupo Fleury tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, contas a pagar por aquisição de empresas, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

### Passivos financeiros derivativos

O Grupo Fleury possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo e “swaps” de moedas. A nota explicativa “Instrumentos Financeiros e Gestão do Risco Financeiro” inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”. Para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras não houve designação de instrumento de “hedge”, bem como não houve contratação de instrumento financeiro derivativo de caráter especulativo.

### **Benefícios a empregados**

#### Planos de aposentadoria de contribuição definida

Os pagamentos ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

#### Remuneração com base em ações

O Grupo Fleury oferece aos executivos planos de remuneração com base em ações, segundo o qual recebe os serviços dos empregados como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas do Grupo Fleury sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada exercício, o Grupo Fleury revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Reserva de Capital - opções outorgadas reconhecidas” que registrou o benefício aos empregados.

#### Participação nos lucros

O Grupo Fleury remunera seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no período. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa de participação nos resultados.

### **Tributação**

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

### Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis neste ou em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

### Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias na data de cada balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial, exceto para combinação de negócios, se aplicável de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada na data de cada balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo Fleury espera, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando: (a) há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente; (b) quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal; (c) o Grupo Fleury pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

### **Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é

mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Grupo Fleury têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa “Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis”.

### **Arrendamentos mercantis**

Arrendamentos mercantis para os quais o Grupo Fleury não detém substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo Fleury detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas como “empréstimos”. Os juros são reconhecidos no resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil estimada do ativo.

### **Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo Fleury. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

#### Vendas de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida com base nos serviços realizados até a data do balanço. Nas datas de encerramento dos exercícios, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados na rubrica “Valores a faturar”, que está incluída no saldo do grupo “Contas a receber”.

O Grupo Fleury reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo Fleury e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo Fleury, conforme descrição a seguir. O valor da

receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo Fleury baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

### Receita financeira

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo Fleury e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método de juros com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

### Receita de dividendos

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Controladora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

### **Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no dividendo mínimo estabelecido no estatuto social da Sociedade. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo conselho de administração para submeter a AGO.

A despesa financeira dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício, para atendimento da norma fiscal, e revertido para fins de apresentação de informações financeiras.

### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo Fleury e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - demonstração do valor adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pelo Grupo Fleury, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e o valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### **Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas**

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

. IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: (i) eliminação da abordagem de faixas, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido.

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Sociedade está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

. IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Sociedade avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.

. IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Sua adoção não trará impacto para a Companhia, uma vez que o Grupo já adota o método de equivalência patrimonial para investimentos em joint ventures.

. IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

. IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas relevantes de IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo Fleury.

#### 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As controladas da Sociedade estão sumariadas a seguir, assim como sua participação (direta e indireta):

	Data de Aquisição	Participação %	
		<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fleury Centro de Procedimentos Médicos Avançados ("Fleury CPMA") – SP	Constituído em junho de 2003	100%	100%
Clínica Luiz Felipe Mattoso.	Agosto de 2011	Incorporada 100% por Fleury S.A. em Dez/12	100%
LabsCardiolab Exames Complementares S.A.	Agosto de 2011	-	Incorporada 100% por Fleury S.A. em Dez/11
Diagnoson Ultra Sonografia e Densitometria Óssea Ltda	Maior de 2011	-	Incorporada 100% por Fleury S.A. em Ago/11
DI Serviços Médicos – SP	Maior de 2010	-	Incorporada 100% por Fleury S.A. em Ago/11

#### Reestruturações societárias



Em Assembleia Geral Extraordinária do Fleury, realizada em 30 de dezembro de 2012, foi aprovada a incorporação da subsidiária integral Clínica Luiz Felipe Mattoso (“Felippe Mattoso”), tendo como base o seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$20.393.

Em Assembleia Geral Extraordinária do Fleury, realizada em 31 de dezembro de 2011, foi aprovada a incorporação da subsidiária integral LabsCardiolab Exames Complementares S.A. (“LabsCardiolab”), tendo como base o seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$186.715.

Em Assembleia Geral Extraordinária do Fleury, realizada em 1º de agosto de 2011, foi aprovada a incorporação da subsidiária integral Diagnoson Ultra-Sonografia e Densimetria Óssea Ltda. (“Diagnoson”), tendo como base o seu patrimônio líquido em 31 de julho de 2011, no montante de R\$6.511.

Ainda em 1º de agosto de 2011, a controlada Fleury CPMA incorporou a subsidiária integral DI Serviços Médicos Associados Ltda. (“DIS”), tendo como base o seu patrimônio líquido em 31 de julho de 2011, no montante de R\$2.077.

Os saldos incorporados pelo Fleury S.A. e Fleury CPMA, na data-base dos atos societários da incorporação (demonstrados no quadro no início da nota), estão apresentados no quadro a seguir:

	<b>Ano 2012</b>	<b>Ano 2011</b>		
	<b>Felippe Mattoso</b>	<b>LabsCardiolab</b>	<b>Diagnoson</b>	<b>DIS</b>
Caixa e equivalentes de caixa (caixa líquido incorporado)	1.187	10.291	5.536	64
Contas a receber	11.347	101.425	612	2.473
Investimentos	-	12.016	-	-
Imobilizado e Intangível	14.432	118.519	5.958	284
Outros créditos	-	34.020	254	1.175
Fornecedores	(2.369)	(5.196)	(682)	(617)
Obrigações fiscais	(223)	(27.522)	(1.094)	(228)
Empréstimos e Financiamentos	-	(14.031)	(2.569)	(1.074)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(1.355)	(26.040)	(1.284)	-
Outras obrigações	<u>(2.626)</u>	<u>(16.767)</u>	<u>(220)</u>	<u>-</u>
Acervo líquido incorporado	<b><u>20.393</u></b>	<b><u>186.715</u></b>	<b><u>6.511</u></b>	<b><u>2.077</u></b>

### **Combinações de negócios**

i. Em 1º de agosto de 2011, o Grupo Fleury concretizou a aquisição da LabsCardiolab que presta serviços de exames diagnósticos por imagem no estado do Rio de Janeiro.

A análise de reconhecimento e mensuração preliminar dos ativos adquiridos e passivos assumidos resultou nos seguintes ajustes no valor contábil da empresa adquirida:

- Ativo não reconhecido até a data da combinação de negócios pela adquirida - Contrato com hospitais: Intangível - Contratos, vida útil de 10 anos: R\$154.387.
- Valor justo dos itens do imobilizado: (R\$33.737).
- Valor justo de contingências possíveis e remotas: R\$12.534.
- IR diferido passivo calculado sobre o valor de contratos: R\$52.492.
- IR diferido ativo calculado sobre o valor das contingências e do imobilizado: R\$15.733.

Durante o primeiro trimestre de 2012 a alocação do ágio foi revista e as seguintes alocações do ágio foram registradas:

- Valor justo de contas a receber: (R\$28.365).
- Valor justo de impostos a recuperar: (R\$6.675.)
- Valor justo de contingências possíveis e remotas: R\$10.216.
- IR diferido ativo calculado sobre o valor das contingências: R\$3.473.

Durante o segundo trimestre de 2012, foi registrada provisão de R\$7.121 referente ao Ajuste do Preço de Compra de LabsCardiolab, previsto no Acordo de Investimentos celebrado em 13 de julho de 2011.

ii. Em 31 de maio de 2011, o Grupo Fleury concretizou a aquisição da Diagnoson que atua em Salvador - BA, realizando exames de diagnóstico por imagem e medicina nuclear.

A análise de reconhecimento e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos resultou nos seguintes ajustes no valor contábil das empresas adquiridas:

- Ativo não reconhecido até a data da combinação de negócios pela adquirida - DIS: Intangível - Marcas e Patentes, amortizado nos próximos 10 anos: R\$1.737.
- Ativo não reconhecido até a data da combinação de negócios pela adquirida - Diagnoson: Intangível - Marcas e Patentes, amortizado nos próximos 10 anos: R\$2.973.
- Valor justo dos itens do imobilizado - Diagnoson: R\$870.
- IR diferido passivo calculado sobre o valor de marcas e patentes e mais valia do imobilizado - Diagnoson: R\$1.306.

O Grupo Fleury utilizou a metodologia “*Relief-from-Royalty*” para cálculo do valor da marca nas combinações de negócios. O valor presente líquido dos royalties aplicados as premissas de receita futuras é considerado como o valor da marca. Os fluxos de caixas futuros das marcas foram definidos em função dos cálculos de rentabilidade futura usados nos estudos de aquisição e descontados a valor presente pela taxa de desconto utilizada nos testes de redução ao valor recuperável do ágio do Grupo Fleury.

A tabela abaixo demonstra a apuração do ágio:

	Ano 2011		
	Valor contábil das empresas adquiridas	Ajustes de valor justo e reconhecimento	Valores justos das empresas adquiridas
Total do ativo	317.247	108.442	425.689
Total do passivo	<u>108.578</u>	<u>77.494</u>	<u>186.072</u>
Valor líquido contábil	<u>208.669</u>		
Valor líquido dos ajustes		<u>30.948</u>	
<b>Valor líquido dos ativos adquiridos e passivos assumidos</b>			<b><u>239.617</u></b>
Contraprestação paga a vista			457.938
Contraprestação a pagar			216.744
Contraprestação a pagar em ações			546.066
Contraprestação contingente			<u>3.520</u>
<b>Contraprestação transferida</b>			<b><u>1.224.268</u></b>
<b>Ágio</b>			<b>984.651</b>

Até a data de 31 de dezembro de 2012 não houve registro de aquisição de empresas.

Os ágios que surgem das aquisições representam o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes das combinações de negócios. O valor bruto do ágio que espera ser dedutível para fins fiscais é de R\$1.012.756 para as combinações de negócios ocorridas em 2011.

Despesas de honorários legais externas e due diligence referentes a combinações de negócios foram incluídos nas despesas administrativas na demonstração de resultado.

### **Reconhecimento do Ágio em Combinações de negócios**

No primeiro trimestre de 2012 a Sociedade obteve novas informações relativas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição da LabsCardiolab. De acordo com as normas contábeis aplicáveis em Combinação de Negócios, a Sociedade dentro do período de mensuração ajustou retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data de aquisição da empresa LabsCardiolab. Abaixo estão apresentados os saldos de balanço apresentados nas Demonstrações Financeiras Anuais de 2011, em comparação aos saldos de balanço apresentados nestas Demonstrações Financeiras:

<b>Balanço de 31.12.2011 nas Demonstrações Anuais de 2011</b>		<b>Ajustes Retrospectivos (Controladora e Consolidado)</b>		<b>Balanço de 31.12.2011ajustado de 2012</b>	
<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Débitos</u>	<u>Créditos</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>

Contas a receber	309.168	312.995	-	28.365	280.803	284.630
Impostos a recuperar	44.861	46.775	-	6.675	38.186	40.100
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	75.703	75.703	3.473	-	79.176	79.176
Intangível	1.426.025	1.473.635	41.783	-	1.467.808	1.515.418
<b>Saldos de Ativo</b>	<b><u>2.814.749</u></b>	<b><u>2.831.721</u></b>	<b><u>45.256</u></b>	<b><u>35.040</u></b>	<b><u>2.824.965</u></b>	<b><u>2.841.937</u></b>
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	43.031	46.158	-	10.216	53.247	56.374
<b>Saldos de Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b><u>2.814.749</u></b>	<b><u>2.831.721</u></b>	<b>=</b>	<b><u>10.216</u></b>	<b><u>2.824.965</u></b>	<b><u>2.841.937</u></b>

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e depósitos bancários	6.268	10.746	6.444	12.649
Aplicações financeiras	<u>173.875</u>	<u>470.654</u>	<u>174.354</u>	<u>473.357</u>
	<b><u>180.143</u></b>	<b><u>481.400</u></b>	<b><u>180.798</u></b>	<b><u>486.006</u></b>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e CDB's, que se caracterizam pela venda de um título com o compromisso, por parte do banco vendedor, de recomprá-lo e, da Sociedade (compradora), de revendê-lo no futuro. Em 31 de dezembro de 2012 as aplicações estão remuneradas a uma taxa média ponderada de 103% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (103% do CDI em 31 de dezembro de 2011).

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas são: riscos de mercado (incluindo risco de câmbio e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. Esses riscos são inerentes às suas atividades e são administrados por meio de políticas e controles internos.

A Sociedade possui uma política de gestão de riscos financeiros. A supervisão e o monitoramento das políticas estabelecidas são efetuados por meio de relatórios gerenciais mensais.

### Riscos de mercado

#### Risco de taxa de câmbio

A Sociedade e suas controladas possuem contas a receber, empréstimos e financiamentos e contas a pagar a fornecedores contratados em moeda estrangeira (principalmente o dólar norte americano). O risco vinculado a esses ativos e passivos decorre da possibilidade de a Sociedade e suas controladas incorrerem em perdas pelas flutuações nas taxas de câmbio. A Sociedade possui saldo a receber de clientes em moeda estrangeira, representando 0,1% do total de contas a receber no consolidado, que contribui para a redução de sua exposição perante as parcelas dos financiamentos e fornecedores.

A Sociedade possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra a oscilação da taxa de câmbio na aquisição de serviços e contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

A Sociedade apresentava a seguinte exposição líquida em 31 de dezembro de 2012 (taxa US\$: 2,0435):

	<u>US\$ mil</u> <u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo circulante:		
Contas a receber	245	245
Passivo:		
Empréstimos e financiamentos – circulante	(32.353)	(32.353)
Empréstimos e financiamentos – não circulante	(182)	(182)
Fornecedores	(2.283)	(2.283)
Total do passivo	<u>(34.818)</u>	<u>(34.818)</u>
Derivativos	<u>34.928</u>	<u>34.928</u>
<b>Exposição líquida</b>	<b><u>355</u></b>	<b><u>355</u></b>

O cenário considerado provável e referenciado por fonte externa, além dos cenários possível e remoto que consideram valorização do câmbio (risco) em 25% e 50%, respectivamente, estão descritos a seguir:

---

Varição desfavorável consolidado

	<u>Vencimento</u>	<u>Cenário I</u>		<u>Cenário II</u>		<u>Cenário III</u>	
		<u>(perda) ganho<sup>(1)</sup></u>		<u>(perda) ganho</u>		<u>(perda) ganho</u>	
			<u>Risco<sup>(2)</sup></u>		+25%		+50%
Taxa de câmbio (em R\$)		2,1012		2,6265		3,1519	
Clientes	2012	14	Desvalorização US\$	143		271	
Fornecedores	2012	(132)	Elevação US\$	(1.331)		(2.531)	
Empréstimos e financiamentos	2013	(1.868)	Elevação US\$	(18.863)		(35.858)	
Empréstimos e financiamentos	2014	(11)	Elevação US\$	(106)		(202)	
Empréstimos e financiamentos	2015	-	Elevação US\$	-		-	
Empréstimos e financiamentos	2016	-	Elevação US\$	-		-	
Derivativos		<u>1.926</u>		<u>20.614</u>		<u>39.302</u>	
<b>Efeito líquido</b>		<b><u>(71)</u></b>		<b><u>457</u></b>		<b><u>982</u></b>	

(1) O cenário provável foi calculado considerando-se como cenário provável (Cenário I) a média ponderada das taxas de câmbio futuras do Real em relação ao dólar norte-americano, obtidas na BM&FBOVESPA para o vencimento do instrumento, e calculada com base no valor nominal do contrato.

(2) Refere-se ao risco para a Sociedade considerando-se a natureza de cada instrumento financeiro.

### Risco de taxa de juros

A Sociedade e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores, como a TJLP e o CDI, bem como saldo de impostos e tributos a pagar, com juros à taxa SELIC e TJLP. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Sociedade e suas controladas não têm pactuado contratos de derivativos para fazer cobertura para esse risco por entender que o risco é mitigado pela existência de ativos indexados em CDI.

A análise de sensibilidade dos juros sobre empréstimos e financiamentos utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais obtidas na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2012, e os Cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como segue:

<u>Cenários</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
		25%	50%
<b>Taxa do CDI (a.a.)</b>	<b>6,90%</b>	<b>8,63%</b>	<b>10,35%</b>
Empréstimos e financiamentos	1.858	2.311	2.759
Debêntures	156.090	188.475	220.606

<b>Despesas com juros projetadas indexadas ao CDI (*)</b>	<b><u>157.948</u></b>	<b><u>190.786</u></b>	<b><u>223.365</u></b>
<b>Taxa da TJLP(a.a.)</b>	<b>5,50%</b>	<b>6,88%</b>	<b>8,25%</b>
Empréstimos e financiamentos	96	96	96
<b>Despesas com juros projetadas indexadas a TJLP (*)</b>	<b><u>96</u></b>	<b><u>96</u></b>	<b><u>96</u></b>

(\*) Calculados até o término do contrato

### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo Fleury está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, o Grupo registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização.

### Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa do Grupo Fleury é realizada pela Diretoria de Finanças. Esta área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo Fleury para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo Fleury não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo e debêntures (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda.

O excedente de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a área de Diretoria de Finanças. A área de Diretoria de Finanças investe o excesso de caixa em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo Fleury mantinha aplicações de curto prazo classificado no Caixa e equivalente a caixa de R\$174.354 (R\$473.357 em 31 de dezembro de 2011).

O quadro a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos e derivativos do Grupo Fleury, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados no quadro a seguir são os fluxos de caixa não descontados contratados.

<u>Menos de 1</u> <u>ano</u>	<u>Entre 1 e 2</u> <u>anos</u>	<u>Entre 2 e</u> <u>5 anos</u>	<u>Acima de 5</u> <u>anos</u>
---------------------------------	-----------------------------------	-----------------------------------	----------------------------------

**Em 31 de dezembro de 2012**

Debêntures	1.669	50.000	300.000	100.000
Empréstimos e financiamentos	86.663	13.833	6.485	1.413
Instrumentos financeiros derivativos	12.608	-	-	-
Fornecedores	70.997	-	-	-
Contas a pagar – aquisição de empresas	10.574	4.491	16.287	3.968

**Em 31 de dezembro de 2011**

Debêntures	1.688	-	250.835	200.732
Empréstimos e financiamentos	34.427	84.380	16.636	798
Instrumentos financeiros derivativos	364	-	5.502	-
Fornecedores	75.441	-	-	-
Contas a pagar – aquisição de empresas	195.734	9.140	20.141	5.823

**Gestão de capital**

Os objetivos do Grupo Fleury ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo Fleury para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo Fleury pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, recomprar ações em tesouraria ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo Fleury monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pela estrutura de capitalização. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo debêntures, empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. A estrutura de capitalização total é apurada através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 podem ser assim sintetizados:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Total caixa e equivalentes de caixa	180.798	486.006
Total dos empréstimos e arrendamentos	(108.394)	(136.241)
Total de debêntures	(451.669)	(453.256)
Caixa líquido	<u>(379.265)</u>	<u>(103.491)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.708.479</u>	<u>1.631.881</u>
Capitalização Total	<u>1.329.214</u>	<u>1.528.390</u>
Índice de alavancagem financeira	0,29	0,07



## Derivativos

A Sociedade e suas controladas mantêm políticas internas com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para administrar os riscos associados, bem como assegurar o correto registro em suas demonstrações financeiras.

A Sociedade e suas controladas não contratam instrumentos derivativos para especulação no mercado financeiro. Nos contratos de derivativos não existe nenhuma margem dada em garantia.

Os valores são apurados com base em modelos e cotações disponíveis no mercado, que levam em conta condições de mercado presentes ou futuras, sendo valores brutos, anteriores à incidência de impostos.

Em função da variação das taxas de mercado, esses valores poderão sofrer alterações até o vencimento ou liquidação antecipada das transações.

O valor justo desses instrumentos na data das demonstrações financeiras por contraparte, classificados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”, está demonstrado a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Valor nominal (US\$ mil)</u>	<u>Moeda</u>	<u>Contraparte</u>	<u>Taxa média de câmbio contratada R\$</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Saldo em 31/12/2011</u>	<u>Resultado até 31/12/2012</u>	<u>Ganho / (Liquidação)</u>	<u>Saldo em 31/12/2012</u>
NDF	1.158	US\$	Itaú BBA	1,9640	30/04/2013 a 28/06/2013	(39)	(144)	150	(33)
NDF	2.848	US\$	Votorantim	2,1287	28/01/2013 a 27/09/2013	-	(92)	(2)	(94)
NDF	-	US\$	HSBC	1,8443	-	403	(252)	(151)	-
SWAP	30.922	US\$	Itaú BBA	1,6170	13/05/2013	5.502	3.680	3.553	12.735
Opção de Call	-	US\$	Votorantim	1,9708	-	-	52	(52)	-

Opção de Call	-	US\$	Santander	2,0447	-	-	25	(25)	-
Opção de Call	-	US\$	Itaú BBA	2,0001	-	-	28	(28)	-
<b>Total controladora e consolidado</b>					<b><u>5.866</u></b>	<b><u>3.297</u></b>	<b><u>3.445</u></b>	<b><u>12.608</u></b>	

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade possui instrumentos derivativos em aberto para cobertura de seus empréstimos em moeda estrangeira e pagamentos de fornecedores no montante de US\$34.928 e que apresentam um ganho líquido de R\$12.607 na Controladora e no Consolidado (Ganho líquido de R\$5.866 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2011) registrado no balanço patrimonial sob a rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”.

Os contratos de Non Deliverable Forwards (NDFs) e de Opção de Call liquidados em 2012 resultaram em uma entrada de caixa de R\$109, que somado ao pagamento de juros da operação de swap totalizou um impacto no caixa da sociedade de R\$3.444.

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 475/08 para os instrumentos financeiros derivativos, a Sociedade e suas controladas consideraram como cenário provável (Cenário I) as taxas de câmbio futuras do Real em relação ao dólar norte-americano, obtidas na BM&FBOVESPA para o vencimento dos instrumentos, e calculada sobre o valor nominal do contrato.

A Sociedade e suas controladas adotaram, conforme determina a Instrução CVM nº 475/08, os cenários equivalentes a -25% (Cenário II), -50% (Cenário III), 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação do cenário provável.

	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário IV</u>	<u>Cenário V</u>
Variação da taxa de câmbio	0%	-25%	-50%	25%	50%
Desvalorização do US\$ (taxa em R\$)	-	1,5759	1,0506	-	-
Valorização do US\$ (taxa em R\$)	2,1012	-	-	2,6265	3,1519

---

Variação da taxa de câmbio - Controladora e Consolidado

	Cenário I (perda) ganho	<u>Risco</u> <sup>(1)</sup>	Cenário II (perda) ganho	Cenário III (perda) ganho	Cenário IV (perda) ganho	Cenário V (perda) ganho
<u>Efeito no Passivo em US\$</u>	<u>(2.010)</u>		<u>16.280</u>	<u>34.570</u>	<u>(20.300)</u>	<u>(38.591)</u>
Financiamentos em US\$	(1.878)	Valoriz. US\$	15.212	32.303	(18.969)	(36.060)
Fornecedores	(132)	Valoriz. US\$	1.068	2.267	(1.331)	(2.531)
 <u>Efeito nos Derivativos em US\$</u>	 <u>1.926</u>		 <u>(16.761)</u>	 <u>(35.448)</u>	 <u>20.614</u>	 <u>39.302</u>
“SWAP”	1.829	Desvaloriz.US\$	(14.812)	(31.452)	18.470	35.110
NDF	97	Desvaloriz.US\$	(1.949)	(3.996)	2.145	4.191
Opção de Call	-	Desvaloriz.US\$	-	-	-	-
<b>Efeito líquido <sup>(2)</sup></b>	<b><u>(84)</u></b>		<b><u>(481)</u></b>	<b><u>(878)</u></b>	<b><u>314</u></b>	<b><u>711</u></b>

<sup>(1)</sup> Refere-se ao risco para a Sociedade considerando-se a natureza de cada instrumento financeiro.

<sup>(2)</sup>Variações do efeito líquido decorrentes da contratação de instrumentos derivativos para suportar importações em andamento contratadas em dólar norte americano. As importações em andamento são registradas no passivo apenas quando o produto/serviço é recebido pela Sociedade

## 7. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Duplicatas a receber				
Valores faturados	351.629	306.038	352.264	308.545
Valores a faturar	69.088	17.485	70.488	18.965
	<b><u>420.717</u></b>	<b><u>323.523</u></b>	<b><u>422.752</u></b>	<b><u>327.510</u></b>
Provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa	<u>(63.709)</u>	<u>(42.720)</u>	<u>(63.709)</u>	<u>(42.880)</u>
<b>Total contas a Receber</b>	<b><u>357.008</u></b>	<b><u>280.803</u></b>	<b><u>359.043</u></b>	<b><u>284.630</u></b>

### Resumo por vencimento das duplicatas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldos a vencer (*)	233.748	172.371	235.126	176.092
Saldos vencidos até 120 dias	86.695	61.886	87.352	61.900
Saldos vencidos de 121 a 360 dias	66.525	69.367	66.525	69.382
Saldos vencidos acima 361 dias	33.749	19.899	33.749	20.136
	<b><u>420.717</u></b>	<b><u>323.523</u></b>	<b><u>422.752</u></b>	<b><u>327.510</u></b>

(\*) O vencimento dessas contas dá-se, em média, em 39 dias.

### Movimentação da provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo no início do exercício	(42.720)	(32.890)	(42.880)	(33.039)
Baixa de títulos incobráveis	55.822	49.283	57.018	52.725
Adições de glosas e créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas 23 e 26)	(76.811)	(45.043)	(77.847)	(48.496)
Adição por aquisição/incorporação	-	(14.070)	-	(14.070)
Saldo no fim do período	<b><u>(63.709)</u></b>	<b><u>(42.720)</u></b>	<b><u>(63.709)</u></b>	<b><u>(42.880)</u></b>

A Sociedade e suas controladas possuem certo grau de concentração em suas carteiras de clientes. Em 31 de dezembro de 2012, a concentração dos quatro principais clientes é de 40% do total da carteira (45% em 31 de dezembro de 2011).

**8. ESTOQUES**

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
“Kits” para diagnósticos	11.133	9.393	11.133	9.850
Material de enfermagem e coleta	3.740	3.832	3.740	3.862
Materiais auxiliares para laboratório	2.359	2.785	2.359	2.785
Materiais administrativos, promocionais e outros.	<u>1.606</u>	<u>1.055</u>	<u>1.606</u>	<u>1.154</u>
	<b><u>18.838</u></b>	<b><u>17.065</u></b>	<b><u>18.838</u></b>	<b><u>17.651</u></b>

**9. IMPOSTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (a)	42.561	23.226	42.818	23.796
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (b)	20.156	8.841	20.357	8.985
Instituto nacional do seguro social - INSS - previdência social (c)	9.107	2.508	9.107	2.508
Contribuição para o financiamento da seguridade Social - COFINS (d)	2.142	1.029	2.225	2.037
Funrural (e)	1.563	1.562	1.577	1.562
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (a)	1.116	2.264	1.254	2.401
Imposto sobre serviços - ISS (f)	893	2.049	893	2.049
Outros	<u>837</u>	<u>171</u>	<u>856</u>	<u>226</u>
	<b><u>78.375</u></b>	<b><u>41.650</u></b>	<b><u>79.087</u></b>	<b><u>43.564</u></b>
Circulante	78.375	38.186	79.087	40.100
Não circulante	-	3.464	-	3.464

(a) IRRF e IRPJ sobre os resgates de aplicações financeiras e prestação de serviços às operadoras de planos de saúde e outras pessoas jurídicas.

(b) CSLL retido sobre as notas fiscais de faturamento por serviços prestados a pessoas jurídicas.

(c) INSS retido sobre as notas fiscais de faturamento por serviços prestados principalmente a hospitais.

(d) COFINS retido sobre as notas fiscais de faturamento por serviços prestados a pessoas jurídicas.

(e) Funrural pago por empresas incorporadas. Tais valores serão restituídos através de processo administrativo em trânsito.

(f) ISS retido sobre as notas fiscais de faturamento por serviços prestados para convênios.

**10. INVESTIMENTOS**

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Investimentos em Controladas:		
Fleury CPMA		
Custo	17.993	14.742
Ágio	<u>1.351</u>	<u>1.351</u>
	<b><u>19.344</u></b>	<b><u>16.093</u></b>
Felippe Mattoso		
Custo	-	12.011
Ágio	-	<u>34.546</u>
	<b><u>19.344</u></b>	<b><u>46.557</u></b>
Outros investimentos	<u>246</u>	<u>251</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b><u>19.590</u></b>	<b><u>62.901</u></b>

Movimentação dos saldos de investimentos em controladas:

	<u>Fleury CPMA</u>	<u>Felippe Mattoso</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	16.093	46.557
Aumento de Capital	6.350	5.659
Equivalência patrimonial	(3.099)	2.722
Incorporação		(54.938)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b><u>19.344</u></b>	<b>=</b>

Os principais dados do Fleury CPMA são como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Participação	100%	100%
Capital social integralizado	65.331	58.981
Patrimônio líquido	17.993	14.742
Resultado do período	(3.099)	(6.443)

**11. IMOBILIZADO**

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora			
		31/12/2012			31/12/2011
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>
Máquinas e equipamentos	8	392.677	(196.311)	196.366	156.231
Instalações	10	185.862	(42.947)	142.915	109.955
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	70.719	(63.386)	7.333	15.956
Equipamentos de informática	20	55.780	(37.660)	18.120	20.919
Móveis e utensílios	10	44.655	(27.382)	17.273	17.403
Imóveis	2	28.138	(2.963)	25.175	25.873
Terrenos	-	11.488	-	11.488	11.488
Imobilizado em andamento	-	784	-	784	2.535
Outros	-	<u>1.052</u>	<u>(919)</u>	<u>133</u>	<u>653</u>
		<b><u>791.155</u></b>	<b><u>(371.568)</u></b>	<b><u>419.587</u></b>	<b><u>361.013</u></b>

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado			
		31/12/2012			31/12/2011
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>
Máquinas e equipamentos	8	398.519	(198.981)	199.538	166.090
Instalações	10	187.635	(43.990)	143.645	111.153
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	72.862	(65.336)	7.526	18.012
Equipamentos de informática	20	56.367	(38.161)	18.206	21.311
Móveis e utensílios	10	45.760	(27.967)	17.793	18.383
Imóveis	2	28.138	(2.963)	25.175	25.873
Terrenos	-	11.488	-	11.488	11.488
Imobilizado em andamento	-	784	-	784	2.585
Outros	-	<u>1.052</u>	<u>(919)</u>	<u>133</u>	<u>730</u>
		<b><u>802.605</u></b>	<b><u>(378.317)</u></b>	<b><u>424.288</u></b>	<b><u>375.625</u></b>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldos no início do exercício	361.013	173.614	375.625	179.361
<b>Adições:</b>				
Máquinas e equipamentos	63.237	54.585	66.011	54.585
Instalações	44.974	77.952	48.904	77.952
Equipamentos de informática	5.352	8.925	5.459	8.925
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.271	110	2.271	110
Móveis e utensílios	2.391	7.379	2.480	7.379
Outros	<u>713</u>	<u>1.039</u>	<u>1.162</u>	<u>1.039</u>
Total de adições	<b><u>118.938</u></b>	<b><u>149.990</u></b>	<b><u>126.287</u></b>	<b><u>149.990</u></b>
Transferências	(1.077)	-	(1.077)	-
Baixas líquidas	(6.915)	(109)	(7.091)	(109)
Depreciações	(66.681)	(36.864)	(69.456)	(36.873)
Saldo de aquisição/incorporação	<u>14.309</u>	<u>74.382</u>	=	<u>83.256</u>
Saldos no fim do período	<b><u>419.587</u></b>	<b><u>361.013</u></b>	<b><u>424.288</u></b>	<b><u>375.625</u></b>

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade mantém saldo de reavaliação registrado, líquido de depreciação, no montante de R\$1.476 (R\$2.236 em 31 de dezembro de 2011) para máquinas e equipamentos.

### Arrendamento mercantil

Composição das operações de arrendamento por categoria de ativos em 31 de dezembro de 2012:

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado			
		31/12/2012		31/12/2011	
		<u>Custo</u>	Depreciação <u>acumulada</u>	Saldo <u>líquido</u>	Saldo <u>líquido</u>
Máquinas e equipamentos	10	6.855	(5.913)	942	27.371
Equipamentos de informática	20	=	=	=	<u>1.902</u>
		<b><u>6.855</u></b>	<b><u>(5.913)</u></b>	<b><u>942</u></b>	<b><u>29.273</u></b>

Os ativos objetos dos arrendamentos mercantis foram dados em garantia às respectivas operações de financiamento. As despesas de depreciação dos ativos adquiridos por meio de operações de arrendamento mercantil no período findo em 31 de dezembro de 2012, registradas na rubrica “Custo dos serviços prestados”, são de R\$6.855 (R\$4.951 em 31 de dezembro de 2011).



**12. INTANGÍVEL**

		Controladora			
	Taxa média anual de amortização - %	31/12/2012		31/12/2011	
		<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>
Ágios	-	1.353.125	(44.413)	1.308.712	1.267.046
Contratos de clientes	10	154.387	(19.298)	135.089	150.527
Direito de uso de software	20	106.389	(47.264)	59.125	35.739
Marcas e patentes	7	13.226	(2.214)	11.012	11.946
Franquias	-	<u>2.550</u>	=	<u>2.550</u>	<u>2.550</u>
		<b><u>1.629.677</u></b>	<b><u>(113.189)</u></b>	<b><u>1.516.488</u></b>	<b><u>1.467.808</u></b>

		Consolidado			
	Taxa média anual de amortização - %	31/12/2012		31/12/2011	
		<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo Líquido</u>	<u>Saldo Líquido</u>
Ágios	-	1.364.466	(44.413)	1.320.053	1.312.933
Contratos clientes	10	154.387	(19.298)	135.089	150.527
Direito de uso de software	20	106.925	(47.620)	59.305	35.782
Marcas e patentes	7	14.963	(2.662)	12.301	13.408
Franquias	-	2.550	-	2.550	2.550
Outros	-	<u>2.626</u>	<u>(2.626)</u>	=	<u>218</u>
		<b><u>1.645.917</u></b>	<b><u>(116.619)</u></b>	<b><u>1.529.298</u></b>	<b><u>1.515.418</u></b>

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldos no início do exercício	1.467.808	310.775	1.515.418	324.064
<b>Adições:</b>				
Direito de uso de software	36.442	22.385	36.558	22.385
Ágios	7.121	977.530	7.121	977.530
Marcas e Patentes	-	2.973	-	2.973
Contratos de Clientes	=	<u>154.387</u>	=	<u>154.387</u>
Total de adições	<u><b>43.563</b></u>	<u><b>1.157.275</b></u>	<u><b>43.679</b></u>	<u><b>1.157.275</b></u>
Transferência (*)	35.622	-	1.077	-
Baixas líquidas	(69)	(1.723)	(69)	(1.723)
Amortizações	(30.559)	(13.908)	(30.807)	(14.156)
Saldo de aquisição/incorporação	<u>123</u>	<u>15.389</u>	=	<u>49.958</u>
Saldos no fim do exercício	<u><b>1.516.488</b></u>	<u><b>1.467.808</b></u>	<u><b>1.529.298</b></u>	<u><b>1.515.418</b></u>

(\*) Principalmente composta pelo ágio de controladas incorporadas durante os exercícios, previamente classificadas junto ao investimento.

#### Revisão de perda por redução ao valor recuperável

O ágio resultante de combinações de negócios é um ativo intangível com vida útil indefinida e, portanto, não é amortizado, mas testado anualmente a perda por redução ao valor recuperável.

O ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), definidas de acordo com as práticas contábeis da Sociedade. Segue abaixo a alocação do ágio por UGC:

	31/12/2012	31/12/2011
Medicina diagnóstica	1.105.143	1.114.385
Hospitais	<u>214.910</u>	<u>198.548</u>
	<u><b>1.320.053</b></u>	<u><b>1.312.933</b></u>

O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e taxa de desconto de 11% ao ano (2011 - 13%).

As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas mesmas margens brutas esperadas e na inflação do preço da matéria-prima, salários, aluguéis e outras despesas para o período. Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 5% (2011 - 5%) que corresponde à taxa de crescimento média a longo prazo projetada para o setor. A Administração

acredita que qualquer tipo de mudança nas premissas-chave que seja razoavelmente possível, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da UCG.

#### Direitos de software

Os direitos de uso de software correspondem a sistemas e seus desenvolvimentos. Os direitos de uso de software são ativos intangíveis com vida útil definida, a vida útil estimada desta classe de ativos é de cinco anos.

#### Marcas e patentes

Marcas e patentes correspondem principalmente as marcas registradas e patentes adquiridas em combinações de negócios. A Sociedade atribui marcas e patentes como ativos intangíveis com vida útil definida, a vida útil estimada desta classe de ativos é de 10 a 25 anos.

### **13. DEBÊNTURES**

A Sociedade realizou sua primeira emissão de debêntures por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, encerrada em 12 de dezembro de 2011.

Foram captados, no âmbito da Oferta Restrita, um total de R\$450.000, em duas séries:

As “Debêntures da Primeira Série”, com total de R\$150.000, serão amortizadas em três parcelas anuais e iguais em 12 de dezembro de 2014, de 2015 e de 2016 e possui pagamento semestral de remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de spread de 0,94% ao ano, base 252 dias úteis, não havendo resgate antecipado facultativo bem como repactuação.

As “Debêntures da Segunda Série” com total de R\$300.000, serão amortizada em três parcelas anuais e iguais em 12 de dezembro de 2016, de 2017 e de 2018 e possui pagamento semestral de remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de spread de 1,20% ao ano, base 252 dias úteis, não havendo resgate antecipado facultativo bem como repactuação.

<u>Debêntures Simples</u>	<u>Encargos % (a)</u>	<u>Controladora e Consolidado</u> <u>31/12/2012</u>	<u>Vencimento</u>
Debêntures da Primeira Série	100% do CDI (a) + 0,94% a.a	150.544	dezembro de 2016

Debêntures da Segunda Série	100% do CDI (a) + 1,20% a.a	<u>301.125</u>	dezembro de 2018
		<u>451.669</u>	
Circulante		1.669	
Não circulante		450.000	

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente a 6,90% ao ano em 31 de dezembro de 2012 e 10,87% ao ano em 31 de dezembro 2011.

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 31 de dezembro de 2012 são como seguem:

<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2013	-
2014	50.000
2015	50.000
2016	150.000
2017 em diante	<u>200.000</u>
	<u>450.000</u>

As debêntures possuem cláusulas financeiras restritivas (“covenants”), podendo ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às debêntures caso a Sociedade não atenda aos seguintes índices financeiros: (i) Dívida Financeira Líquida/Earnings Before Interest Depreciation and Amortization (EBITDA) (conforme definido abaixo) menor ou igual a três vezes; e/ou (ii) EBITDA/Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo) maior ou igual a 1,5 vezes, a ser verificado pelo Agente Fiduciário, com base nas Demonstrações Financeiras constantes das Demonstrações Financeiras - e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP apresentadas pela Emissora à CVM, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorreu em relação às demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício social que encerrou em 31 de dezembro de 2011.

"Dívida Financeira Líquida": significa o saldo devedor de principal e juros de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos com instituições financeiras, incluindo operações de mercado de capitais, menos o saldo de caixa e aplicações financeiras, acrescido das dívidas e obrigações referentes às aquisições realizadas pela Emissora e/ou suas controladas, com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora apresentadas à CVM.

"Despesa Financeira Líquida": significa o saldo da diferença entre a despesa financeira bruta consolidada e a receita financeira bruta consolidada, relativo a um período de 12 meses, com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora.

"EBITDA": significa o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e imposto de renda, resultados financeiros, provisões, depreciação e amortização, relativo a um período de 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade e suas controladas estão adimplentes com os índices financeiros mencionados.

## 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<b>Circulante</b>	<b>86.663</b>	<b>33.025</b>	<b>86.663</b>	<b>34.427</b>
Empréstimos e financiamentos	86.663	25.680	86.663	25.680
Obrigações de arrendamento financeiro	-	7.345	-	8.747
<b>Não circulante</b>	<b>21.731</b>	<b>100.266</b>	<b>21.731</b>	<b>101.814</b>
Empréstimos e financiamentos	21.731	94.128	21.731	94.128
Obrigações de arrendamento financeiro	-	6.138	-	7.686
<b>Total dos Empréstimos e Arrendamentos</b>	<b><u>108.394</u></b>	<b><u>133.291</u></b>	<b><u>108.394</u></b>	<b><u>136.241</u></b>

Os valores contábeis dos empréstimos e arrendamentos financeiros do Grupo são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Reais	41.816	68.398	41.816	68.398
Dólares americanos	<u>66.578</u>	<u>64.893</u>	<u>66.578</u>	<u>67.843</u>
<b>Total de Empréstimos</b>	<b><u>108.394</u></b>	<b><u>133.291</u></b>	<b><u>108.394</u></b>	<b><u>136.241</u></b>

Os empréstimos e financiamentos têm vencimento até 2017 e cupons médios de 7,1% ao ano (10,9% ao ano em 31 de dezembro de 2011).

Os vencimentos das parcelas não circulantes, de empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2012 são como segue:

Controladora e Consolidado

2014	13.833
2015	2.668
2016	2.489
2017	1.328
2018 em diante	<u>1.413</u>
	<b><u>21.731</u></b>

Determinados empréstimos possuem cláusulas financeiras restritivas (“covenants”), incluindo, entre outros: (a) efetivação ou formalização de garantias reais ou fidejussórias; (b) restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário ou acionário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência do credor; e (c) manutenção de índices financeiros e de liquidez medidos semestralmente (junho e dezembro).

A Sociedade possui um financiamento para capital de giro junto ao Banco Itaú no montante de R\$12.954 em 31 de dezembro de 2012 (R\$19.570 em 31 de dezembro de 2011), que possui uma cláusula restritiva para a manutenção de índices financeiros e de liquidez medidos semestralmente (junho e dezembro) com base no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization” - EBITDA maior ou igual a 0,5 vezes o montante da dívida líquida (empréstimos e financiamentos reduzidos de caixa e equivalentes de caixa) e avais. Em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade e suas controladas estão adimplentes com essas cláusulas.

A sociedade possui um financiamento para capital de giro obtido através de operação 4131 firmada junto ao Banco Itaú no valor de R\$64.733 em 31 de dezembro de 2012 (R\$59.421 em 31 de dezembro de 2011). Para este financiamento, a operação tem vencimento em maio de 2013 e possui instrumento financeiro derivativo contratado para proteção contra a oscilação da taxa de câmbio (operação de swap contratada a 105% do CDI).

O empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP possui uma cláusula que obriga a Sociedade a assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato através da emissão de carta de fiança bancária no valor de todo o financiamento. A carta foi emitida pelo banco HSBC no valor total de R\$7.098, em 1º de julho de 2009, e gerou uma despesa de R\$228 no resultado do período de 31 de dezembro de 2012 (R\$217 em 31 de dezembro 2011).

Foram liquidadas antecipadamente todas as obrigações de arrendamento financeiro garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados que a sociedade detinha em 31 de dezembro de 2011.

## 15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fornecedores nacionais	65.572	70.442	66.331	72.787
Fornecedores estrangeiros	<u>4.666</u>	<u>2.654</u>	<u>4.666</u>	<u>2.654</u>

**70.238**      **73.096**      **70.997**      **75.441**

## 16. SALÁRIOS E ENCARGOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provisão para férias e 13º salário	31.741	25.281	31.741	25.675
Encargos sociais a recolher e outros	10.261	8.343	10.261	8.483
Salários a pagar	1.100	1.414	1.100	1.417
Provisão para participação nos resultados	=	<u>7.425</u>	=	<u>7.425</u>
	<b><u>43.102</u></b>	<b><u>42.463</u></b>	<b><u>43.102</u></b>	<b><u>43.000</u></b>

## 17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Parcelamento REFIS – Lei 11.941 (a)	46.480	52.203	46.480	52.203
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre importações (c)	17.021	15.316	17.021	15.316
Parcelamento de Imposto Sobre Serviços - ISS (b)	16.700	20.563	17.070	20.819
Depósitos Judiciais (ICMS) (c)	(14.024)	(11.873)	(14.024)	(11.873)
Imposto Sobre Serviços - ISS a recolher (d)	5.749	2.900	5.787	5.271
ISS (incluído no Programa de Recuperação Fiscal Setorial - Prefis) (e)	3.891	3.539	3.891	3.539
IRRF	2.994	789	3.005	828
Parcelamento ICMS (f)	2.427	3.976	2.427	3.976
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recolher	1.192	2.365	1.192	2.650
INSS a recolher	1.152	1.737	1.152	1.738
PIS a recolher	731	543	733	527
Outros	<u>3.875</u>	<u>2.675</u>	<u>3.967</u>	<u>2.815</u>
	<b><u>88.188</u></b>	<b><u>94.733</u></b>	<b><u>88.701</u></b>	<b><u>97.809</u></b>
Circulante	29.950	24.567	30.463	27.216
Não circulante	58.238	70.166	58.238	70.593

- (a) A Sociedade optou por efetuar o pedido de adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, intitulado REFIS IV, definido pela Lei nº 11.941/09. Os pedidos de adesão foram efetuados tanto para débitos que se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como para novos débitos. A adesão ocorreu por meio de programa disponibilizado no site da Receita Federal do Brasil, e, somado a isso, a Sociedade requereu administrativamente perante esse órgão, o aproveitamento do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social registrados em agosto de 2009, para quitação da multa e de juros à vista e parcelamento do principal em 120 meses com redução de 60% da multa, 25% dos juros, e 100% dos encargos legais, nos termos do que lhe garante o artigo 1º da Lei nº 11.941/09 e artigos 15 e 17 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09. A Sociedade enquanto aguardava a consolidação dos débitos parcelados no REFIS IV, cumpriu com o pagamento de parcelas mínimas. Em dezembro de 2009, a Receita Federal do Brasil concedeu o deferimento de todos os pedidos de adesão efetuados pela Sociedade. Durante o período findo em 30 de junho de 2010, a Sociedade finalizou a análise de prejuízos fiscais disponíveis para abatimento de dívidas no âmbito do REFIS IV e confirmou junto à Receita Federal do Brasil em agosto de 2010, os valores a serem utilizados. Desta forma, em junho de 2010 LabsCardiolab compensou parte das multas e dos juros remanescentes com créditos de impostos não constituídos anteriormente, representados por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de controladas, no valor de R\$14.632 e R\$29.693, tendo creditado os valores correspondentes à redução dos passivos no resultado em 2010. Com o advento da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02, a Sociedade optou por desistir do questionamento quanto a majoração da alíquota da Cofins e incluir a totalidade discutida neste programa de parcelamento. O prazo para consolidação dos débitos tributários inscritos no REFIS IV para os grandes contribuintes com acompanhamento diferenciado encerrou em 30 de junho de 2011 e nesta etapa a Sociedade consolidou os débitos do Grupo Fleury e oriundos da empresa incorporada NKB São Paulo e LabsCardiolab que gerou uma despesa não recorrente de R\$8.159. No decorrer do mês de julho a Sociedade consolidou os parcelamentos das demais empresas do Grupo Fleury (NKB Rio, Campana e Laboratório Dirceu Ferreira). Atualmente o Grupo Fleury vem honrando com os pagamentos das parcelas em seus valores atribuídos na consolidação do parcelamento.
- (b) O Grupo mantém parcelamento com a Prefeitura do Município de São Paulo denominado como Programa de Parcelamento Incentivado - PPI e em 31 de dezembro de 2012 o saldo é R\$15.367 (R\$18.317 em 31 de dezembro de 2011, atualizado monetariamente pela Selic) e com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro denominado como Programa de Reestruturação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – REFERJ, em 31 de dezembro de 2012 o saldo a pagar é de R\$1.333 (R\$6.478 em 31 de dezembro de 2011), sendo que este saldo é atualizado monetariamente pela Selic.



- (c) A Sociedade é requerida a recolher Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao seu ativo imobilizado. A Sociedade mantém um processo judicial contra o Estado de São Paulo, pois, em seu entendimento, e a cobrança é indevida. Do montante total provisionado pela Sociedade, encontram-se depositados em juízo, o valor de R\$14.024 em 31 de dezembro de 2012 (R\$11.873 em 31 de dezembro de 2011).
- (d) ISS incidente sobre Serviços Prestados.
- (e) A totalidade do saldo refere-se ao parcelamento de débito de ISS junto a Prefeitura do Município do Recife incluído no Programa de Recuperação Fiscal Setorial PREFIS, conforme Lei 17.029/2004. De acordo com o facultado pela Lei 17.384/07, a Sociedade renunciou à participação neste parcelamento, o que lhe concede remissão do valor parcial do débito principal atualizado monetariamente em conformidade com a Legislação Municipal, e aguarda homologação do pedido.
- (f) A Sociedade mantém parcelamento proveniente da empresa adquirida LabsCardiolab com o Estado do Rio de Janeiro referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, na importação de máquinas e equipamentos destinados ao seu ativo imobilizado e em 31 de dezembro de 2012 o saldo é de R\$2.427 (R\$3.796 em 31 de dezembro de 2011).

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 31 de dezembro de 2012 são como segue:

	<u>Consolidado</u>
2014	10.694
2015	9.104
2016	5.363
2017	3.166
2018 em diante	<u>29.911</u>
<b>Total</b>	<b><u><u>58.238</u></u></b>

## 18. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS

Referem-se às dívidas assumidas por aquisição de empresas, a serem pagas à medida da ocorrência dos termos contratuais, sendo atualizadas mensalmente, principalmente pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV e IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Esses valores totalizam:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante	10.100	192.190	10.574	195.734
Não Circulante	<u>24.462</u>	<u>33.711</u>	<u>24.746</u>	<u>35.104</u>
	<b><u>34.562</u></b>	<b><u>225.901</u></b>	<b><u>35.320</u></b>	<b><u>230.838</u></b>

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 31 de dezembro de 2012 são como segue:

<u>Vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	4.353	4.491
2015	7.587	7.733
2016	5.178	5.178
2017	3.376	3.376
2018 em diante	<u>3.968</u>	<u>3.968</u>
	<b><u>24.462</u></b>	<b><u>24.746</u></b>

## 19. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Sociedade e suas controladas estão sujeitas a riscos tributários, trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal das suas operações. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as prováveis perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a avaliação de seus assessores legais e demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como natureza dos processos e experiência histórica. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da rubrica “Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis” era como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fiscais e previdenciárias	39.223	45.338	39.223	48.429
Trabalhistas	22.670	19.337	22.670	19.373
Cíveis	<u>3.277</u>	<u>1.814</u>	<u>3.277</u>	<u>1.814</u>
	<b><u>65.170</u></b>	<b><u>66.489</u></b>	<b><u>65.170</u></b>	<b><u>69.616</u></b>
Depósitos judiciais	(13.646)	(13.242)	(13.646)	(13.242)
	<b><u>51.524</u></b>	<b><u>53.247</u></b>	<b><u>51.524</u></b>	<b><u>56.374</u></b>

A movimentação da provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2011	Controladora					Saldo em 31/12/2012
		Adições	Reversão	Reclassificações e pagamentos	Incorporação	Atualização monetária	
Fiscais e previdenciárias	45.338	2.581	(4.863)	(7.138)	1.334	1.969	39.223
Trabalhistas	19.337	10.970	(7.027)	(1.939)	-	1.331	22.670
Cíveis	<u>1.814</u>	<u>457</u>	<u>(654)</u>	<u>1.576</u>	<u>21</u>	<u>63</u>	<u>3.277</u>
	<b><u>66.489</u></b>	<b><u>14.008</u></b>	<b><u>(12.544)</u></b>	<b><u>(7.501)</u></b>	<b><u>1.355</u></b>	<b><u>3.363</u></b>	<b><u>65.170</u></b>
Depósitos judiciais	(13.242)	-	-	-	-	(404)	(13.646)
	<b><u>53.247</u></b>	<b><u>14.008</u></b>	<b><u>(12.544)</u></b>	<b><u>(7.501)</u></b>	<b><u>1.355</u></b>	<b><u>2.959</u></b>	<b><u>51.524</u></b>

	Saldo em 31/12/2011	Consolidado				Saldo em 31/12/2012
		Adições	Reversão	Reclassificações e pagamentos	Atualização monetária	
Fiscais e previdenciárias	48.429	2.581	(4.863)	(8.895)	1.969	39.223
Trabalhistas	19.373	10.970	(7.027)	(1.975)	1.331	22.670
Cíveis	<u>1.814</u>	<u>478</u>	<u>(654)</u>	<u>1.576</u>	<u>63</u>	<u>3.277</u>
	<b><u>69.616</u></b>	<b><u>14.029</u></b>	<b><u>(12.544)</u></b>	<b><u>(9.294)</u></b>	<b><u>3.363</u></b>	<b><u>65.170</u></b>
Depósitos judiciais	<u>(13.242)</u>	-	-	-	<u>(404)</u>	<u>(13.646)</u>
	<b><u>56.374</u></b>	<b><u>14.029</u></b>	<b><u>(12.544)</u></b>	<b><u>(9.294)</u></b>	<b><u>2.959</u></b>	<b><u>51.524</u></b>

Processos classificados como de risco de perda provável, para as quais foram registradas provisões

Com referência aos processos classificados como de risco de perda provável, destacam-se as seguintes discussões na Sociedade e em sua controlada:

#### Fiscais e previdenciárias

Imposto sobre serviço ISS - Discussões oriundas de empresas adquiridas e incorporadas pela Sociedade que, por se tratarem de sociedades uniprofissionais, estariam submetidas à tributação em bases fixas, calculada de acordo com o número de sócios e empregados com qualificação profissional médica e não com base no faturamento à alíquota de 5%. Encontra-se provisionado o montante de R\$3.718 em 31 de dezembro de 2012.

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS: os questionamentos envolvem a isenção da contribuição para sociedades civis prestadoras de serviços relativos a profissões legalmente regulamentadas. A Lei Complementar nº 70/91, que institui a COFINS, tratou da isenção dispensada a esses tipos de sociedades, contudo com o advento da Lei nº 9.430/96 esta foi expressamente revogada passando-se a exigir a contribuição em face da receita bruta das prestadoras de serviços. Os assessores legais entendem que, por se tratar de uma lei ordinária, a Lei nº 9.430/96 não poderia ter revogado a isenção instituída pela Lei Complementar nº 70/91. Entretanto, tendo em vista o Supremo Tribunal Federal já ter se manifestado contrariamente à tese em referência, a Sociedade registra provisão para cobrir riscos no valor de aproximadamente R\$5.463 em 31 de dezembro de 2012.

#### Trabalhistas

Processos trabalhistas são provisionados considerando as perdas históricas efetivamente liquidadas, a administração da Sociedade considera que a provisão constituída é suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

#### Processos classificados como de risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade possui um montante consolidado de aproximadamente R\$255.878 (R\$219.364 em 31 de dezembro de 2011) referentes a outros processos classificados como risco de perda possível pelos seus assessores legais, dos quais R\$162.026 referentes a questões fiscais e previdenciárias, R\$34.211 referentes a questões cíveis e R\$59.639 referentes a questões trabalhistas.

#### Depósitos judiciais

Quando requerido, são efetuados depósitos judiciais para garantir as causas em disputa. Tais depósitos, totalizando R\$10.852 na controladora, e R\$10.855 no consolidado, em 31 de dezembro de 2012 (R\$7.007 na controladora e R\$13.325 no consolidado em 31 de dezembro de 2011), estão classificados no ativo não circulante e referem-se a causas consideradas pelos assessores legais da Sociedade como de risco de perda remoto ou possível. Os depósitos judiciais referentes às causas consideradas como risco de perda provável estão classificados no passivo não circulante, reduzindo o saldo da respectiva provisão.

## **20. COMPROMISSOS**

Parte significativa dos imóveis utilizados nas atividades operacionais é alugada, com prazos e valores suportados por contratos com períodos de vigência entre quatro e seis anos. Durante o período findo em 31 de dezembro de

2012, as despesas com aluguéis de imóveis na Sociedade foram de R\$76.197 (R\$55.854 em 31 de dezembro de 2011).

Os valores dos contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original (geralmente anual), cujo reajuste é calculado de acordo com a variação do IGP-M. Os compromissos consolidados de aluguel eram de R\$273.533 em 31 de dezembro de 2012 (R\$181.442 em 31 de dezembro de 2011). A posição consolidada dos compromissos assumidos é a seguinte:

	<u>Consolidado</u>
2013	68.952
2014	60.171
2015	52.839
2016	35.820
2017 em diante	<u>55.751</u>
	<b><u>273.533</u></b>

## 21. PARTES RELACIONADAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>30/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/12/2011</u>
Transações com controlada:				
Despesas com aluguel				
Transinc Serviços Médicos S.A (a)	<u>(6.520)</u>	<u>(6.175)</u>	<u>(6.520)</u>	<u>(6.175)</u>
	<b><u>(6.520)</u></b>	<b><u>(6.175)</u></b>	<b><u>(6.520)</u></b>	<b><u>(6.175)</u></b>

(a) A Transinc Serviços Médicos S.A. é uma empresa que detém e administra alguns imóveis utilizados pelo Fleury S.A., cujos acionistas são pessoas físicas que também participam da empresa que é controladora do Grupo Fleury, Integritas Participações S.A. Os valores dos contratos de aluguel com essa entidade foram determinados com base em preços de mercado, apurados por consultores independentes e são atualizados monetariamente com base na média dos índices IGP-M, IPCA e INPC.

A remuneração dos administradores, para o período findo em 31 de dezembro de 2012, inclui salários, pró-labore e bônus no valor de R\$3.491 e remuneração do Conselho de Administração de R\$1.818 (R\$5.373 e R\$1.420 respectivamente em 31 de dezembro de 2011) e estão contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado. A Sociedade não confere aos seus administradores benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, tampouco benefícios de longo prazo.

No período findo em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade não registrou valores a título de provisão para participação nos resultados de empregados e administradores (2011 – R\$ 7.425).

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2012, totalmente integralizado, é de R\$1.402.531, representado por 156.293.356 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Sociedade está autorizada a aumentar o seu capital, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 160.000.000 de ações ordinárias.

Em Reunião de Conselho de Administração realizada em 04 de abril de 2012, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade, dentro do limite do capital autorizado, por subscrição particular, para atender o exercício de opções no âmbito da Primeira Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Reunião de Conselho de Administração realizada em 09 de fevereiro de 2010, no valor de R\$1.623, mediante a emissão de 89.437 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$18,14 por ação, conforme estabelecido no âmbito da primeira outorga.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 31 de outubro de 2011 foi aprovado o aumento de capital da Sociedade pela Incorporação de Ações da LabsCardiolab, mediante a emissão de 24.905.369 ações ordinárias, no montante de R\$546.066.

### Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurada a distribuição de 25% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício social, ajustado nos termos da legislação societária na forma de dividendos mínimos obrigatórios.

Em 28 de dezembro de 2012, foi realizada a distribuição antecipada de remuneração aos acionistas, sob a forma de juros sobre o capital próprio. O valor bruto distribuído de R\$16.000, corresponde a R\$0,10 por ação, com base na posição acionária de 17 de dezembro de 2012.

Em 17 de agosto de 2012, foi realizada a distribuição de dividendos no valor de R\$20.000, corresponde a R\$0,13 por ação, com base na posição acionária de 03 de agosto de 2012.

	<b><u>2012</u></b>
Lucro líquido do exercício 2012	106.588
(-) Reserva legal	<u>(5.329)</u>
Lucro a ser distribuído	101.259
Dividendos mínimos obrigatórios	25.315
Dividendos distribuídos	<u>(20.000)</u>
Juros sobre o capital próprio pagos(R\$13.857, líquidos do imposto de renda retido na fonte, equivalentes à R\$0,10 por ação)	<u>(16.000)</u>
	<u><u>65.259</u></u>

Em 29 de dezembro de 2011, foi realizada a distribuição antecipada de remuneração aos acionistas, sob a forma de juros sobre o capital próprio. O valor bruto distribuído de R\$10.000, corresponde a R\$0,07 por ação, com base na posição acionária de 19 de dezembro de 2011.

Em 31 de agosto de 2011, foi realizada a distribuição antecipada de remuneração aos acionistas, sob a forma de juros sobre o capital próprio. O valor bruto distribuído de R\$18.000, corresponde a R\$0,13 por ação, com base na posição acionária de 19 de agosto de 2011.

	<b><u>2011</u></b>
Lucro líquido do exercício 2011	100.647
(-) Reserva legal	<u>(5.032)</u>
Lucro a ser distribuído	95.615
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>23.904</u>
Juros sobre o capital próprio pagos(R\$24.111, líquidos do imposto de renda retido na fonte, equivalentes à R\$0,10 por ação)	<u>(28.000)</u>
	<u><u>67.615</u></u>

#### Orçamento de capital proposto pela Administração

Em atendimento a instrução CVM nº 480/09, a Sociedade apresenta a seguir quadro demonstrativo do orçamento de capital previsto para o exercício social de 2013.

	<b><u>2013 - Projeção</u></b> <b><u>(Não auditado)</u></b>
<b>Investimento em ativo fixo</b>	
Benfeitorias e Equipamentos de expansão	211.000
Máquinas e equipamentos	26.000
Sistemas de informática	39.000
Instalações	<u>24.000</u>
	<u><u>300.000</u></u>

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, conseqüentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital.

Como uma das fontes de recursos para financiar os investimentos previstos nesse orçamento de capital, a Administração está propondo a retenção de 63% do lucro líquido do exercício de 2012, no montante de R\$67.701, totalizando em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$292.863 na conta de Reservas de lucros para investimentos.

Os recursos necessários para investimentos (conforme demonstrado acima) serão financiados pela geração operacional de caixa durante o ano de 2013 e pelos recursos obtidos com a emissão de debêntures realizada em janeiro de 2013.

A diferença entre o montante disponível na conta de Reservas de lucros e os recursos necessários para investimentos será destinada a eventuais aquisições estratégicas.

#### Demonstração dos resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

### 23. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receita bruta	1.640.971	1.068.418	1.687.986	1.226.270
Glosas	(75.274)	(23.329)	(76.306)	(23.329)
Abatimentos	(2.546)	(1.315)	(2.585)	(4.504)
Impostos	(104.660)	(63.540)	(107.312)	(72.696)
Receita líquida	<u><b>1.458.491</b></u>	<u><b>980.234</b></u>	<u><b>1.501.783</b></u>	<u><b>1.125.741</b></u>

### 24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pessoal e médicos	(523.673)	(300.534)	(546.968)	(364.153)
Serviços gerais, aluguéis e serviços públicos	(194.669)	(132.070)	(200.656)	(148.164)
Materiais e terceirizações	(162.789)	(110.878)	(164.947)	(125.125)
Gastos Gerais	(113.810)	(80.061)	(115.216)	(95.796)
Depreciação e amortização	(67.720)	(31.980)	(70.743)	(32.342)
	<u><b>(1.062.661)</b></u>	<u><b>(655.523)</b></u>	<u><b>(1.098.530)</b></u>	<u><b>(765.580)</b></u>



Em 2012 foi implementada mudança no critério de alocação da depreciação, passando a ser alocada nas rubricas de "Custos dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas". Para fim de comparabilidade os valores à de 2011 estão sendo apresentados ao novo critério adotado em 2012.

## 25. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pessoal e médicos	(76.577)	(77.274)	(77.692)	(82.202)
Depreciação e amortização	(29.520)	(18.792)	(29.520)	(26.185)
Promoções e eventos	(26.312)	(23.979)	(26.451)	(23.998)
Serviços gerais, aluguéis e serviços públicos	(16.952)	(13.728)	(17.146)	(17.020)
Serviços de consultoria	(16.659)	(30.770)	(16.999)	(32.765)
Serviços contratados de advocacia	(7.318)	(5.368)	(7.323)	(5.388)
Materiais e terceirizações	(2.562)	(1.148)	(2.583)	(1.150)
Outros	<u>(12.465)</u>	<u>(4.848)</u>	<u>(12.783)</u>	<u>(4.864)</u>
	<b><u>(188.365)</u></b>	<b><u>(175.907)</u></b>	<b><u>(190.497)</u></b>	<b><u>(193.572)</u></b>

Em 2012 foi implementada mudança no critério de alocação da depreciação, passando a ser alocada nas rubricas de "Custos dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas". Para fim de comparabilidade os valores à partir do terceiro trimestre de 2011 estão sendo apresentados ao novo critério adotado em 2012.

## 26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.557)	(21.714)	(1.561)	(22.141)
Prescrição de impostos a recuperar	(139)	(2.389)	(139)	(2.389)
Resultado líquido na baixa de ativos	(237)	(1.832)	(414)	(1.832)
Crédito Eletropaulo (a)	=	9.500	-	9.500
Outras	<u>9.161</u>	<u>724</u>	<u>5.354</u>	<u>221</u>
	<b><u>7.228</u></b>	<b><u>(15.711)</u></b>	<b><u>3.240</u></b>	<b><u>(16.641)</u></b>

(a) Trata-se de crédito em favor da Sociedade (dezembro de 2011) havido em face da AES Eletropaulo decorrente de decisão definitiva proferida pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) que reconheceu a cobrança ilegal de valores pagos pela Sociedade de novembro de 2000 a agosto de 2001 e determinou a sua devolução em dobro de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

## 27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	20.462	39.867	20.575	41.546
Instrumentos financeiros derivativos	13.801	14.624	13.801	14.624
Variação cambial	8.991	7.284	9.004	7.284
Atualização monetária de depósitos judiciais	1.926	1.779	1.942	1.780
Outros	1.980	333	2.041	405
	<b><u>47.160</u></b>	<b><u>63.887</u></b>	<b><u>47.363</u></b>	<b><u>65.639</u></b>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(41.947)	(1.688)	(41.947)	(1.688)
Variação cambial	(15.086)	(16.221)	(15.109)	(16.221)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(11.562)	(12.026)	(11.823)	(17.817)

Atualização monetária de contas a pagar de aquisição de empresas	(14.092)	(18.527)	(14.477)	(19.514)
Instrumentos financeiros derivativos	(10.683)	(9.665)	(10.683)	(9.665)
Taxas e despesas bancárias	(3.073)	(3.321)	(3.126)	(3.325)
Juros e atualização monetária sobre provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(3.363)	(2.459)	(3.363)	(2.459)
Outros	(5.360)	(2.563)	(5.454)	(2.660)
	<b><u>(105.166)</u></b>	<b><u>(66.470)</u></b>	<b><u>(105.982)</u></b>	<b><u>(73.349)</u></b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b><u>(58.006)</u></b>	<b><u>(2.583)</u></b>	<b><u>(58.619)</u></b>	<b><u>(7.710)</u></b>

Em 2012 e 2011 a Sociedade distribuiu remuneração aos acionistas sob a forma de juros sobre capital próprio. Os valores distribuídos foram contabilizados na rubrica “Despesas com Juros sobre capital próprio” e de acordo com Deliberação N° 207 revertidos contra a rubrica “Lucro acumulado” no patrimônio líquido.

**28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízo fiscal	95.898	42.505	95.898	42.505
Provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis	75.227	77.473	75.227	77.473
Provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa	63.709	30.762	63.709	30.762
Amortização do ágio indedutível até 2008 e dedutível para fins tributários em períodos futuros	24.782	24.782	24.782	24.782
Provisão para participação nos resultados	-	7.425	-	7.425
Reavaliação do ativo	(2.286)	(3.388)	(2.286)	(3.388)
Ajuste a valor líquido de ativos adquiridos e passivos assumidos	(112.949)	(156.266)	(112.949)	(156.266)
Efeitos da amortização de ágio para fins fiscais (a)	(387.464)	(157.498)	(387.464)	(157.498)
Baixa de ativo diferido	-	33.737	-	33.737
Variação cambial ativa líquida - tributada pelo regime de caixa	-	(4.114)	-	(4.114)
Outros	-	3.439	-	3.439
Base de cálculo	<b><u>(243.083)</u></b>	<b><u>(101.143)</u></b>	<b><u>(243.083)</u></b>	<b><u>(101.143)</u></b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos à alíquota combinada aproximada de 34%	<b><u>(82.648)</u></b>	<b><u>(34.389)</u></b>	<b><u>(82.648)</u></b>	<b><u>(34.389)</u></b>
Ativo não circulante	99.740	79.176	99.740	79.176
Passivo não circulante	(182.388)	(113.565)	(182.388)	(113.565)

(a) Ágio de incorporação de empresas, principalmente LabsCardiolab.

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, no resultado são reconciliados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	154.847	130.078	155.892	133.335
Alíquota conjugada aproximada de IRPJ e CSLL	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
IRPJ e CSLL esperados	<u>(52.648)</u>	<u>(44.227)</u>	<u>(53.003)</u>	<u>(45.334)</u>
Benefício da distribuição em forma de Juros sobre o Capital Próprio	8.779	9.520	8.779	9.516
Depreciação	3.259	(2.465)	3.259	(2.466)
Créditos de recebíveis dedutíveis em períodos anteriores	-	7.320	-	7.320
Equivalência patrimonial	(128)	2.880	-	-
Despesas indedutíveis	(7.521)	(811)	(8.339)	(1.683)
Baixas de recebíveis indedutíveis	-	(1.648)	-	(1.649)
Outros	-	-	-	1.608
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social:</b>	<b><u>(48.259)</u></b>	<b><u>(29.431)</u></b>	<b><u>(49.304)</u></b>	<b><u>(32.688)</u></b>
Corrente	-	(22.409)	(1.045)	(25.666)
Diferido	(48.259)	(7.022)	(48.259)	(7.022)

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Sociedade estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias nos seguintes exercícios/períodos:

<u>Exercício</u>	<u>Consolidado</u>
2013	9.974
2014	14.961
2015	19.948
2016	24.935
2017	29.922

A Sociedade optou pelo RTT, instituído pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e a COFINS, continuam a ser determinadas com base nos métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, foram registrados nas demonstrações financeiras da Sociedade.

As controladas Diagnoson Ultra-Sonografia e Densitometria Óssea Ltda, adquirida pela Companhia em maio de 2011, e Clínica Luiz Felipe Mattoso Ltda, adquirida em agosto de 2011 apuraram IRPJ e CSLL pela modalidade de Lucro Presumido até as suas incorporações.

## 29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### Previdência Privada

A Sociedade é patrocinadora da entidade de previdência complementar denominada Itaú Vida e Previdência S.A., a qual objetiva, principalmente, complementar os benefícios previdenciários oficiais, sendo esse plano opcional a todos os empregados da Sociedade e da controlada Fleury CPMA, e administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A. O referido plano é de contribuição definida e durante o período findo em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade efetuou contribuições no montante de R\$1.823 (R\$1.804 no período findo em 31 de dezembro de 2011), registradas em “Custos” e “Despesas gerais e administrativas”.

Todos os empregados da Sociedade ou o Fleury CPMA poderão participar do referido plano. A idade máxima para adesão ao plano é de 60 anos e a idade máxima de permanência é de 70 anos.

O participante do plano poderá efetuar contribuições básicas em percentual inteiro entre 1% e 5% do salário de participação, a serem pagas mensalmente, com valor mínimo de contribuição de R\$20,00 (vinte reais). Além disso, o participante poderá efetuar contribuições voluntárias, a seu exclusivo critério, de periodicidade livre e valores acima de R\$20,00 (vinte reais).

As contribuições da Sociedade e da controlada são efetuadas da seguinte forma:

<u>Tempo de vínculo empregatício ou tempo de participação no programa</u>	<u>Contribuição da Sociedade</u>
Menor ou igual a 4 anos	50% da contribuição básica do participante
De 5 anos a 9 anos	75% da contribuição básica do participante
Maior ou igual a 10 anos	100% da contribuição básica do participante

### Plano de opção de compra de ações

Na AGE de 12 de novembro de 2009, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, autorizando a outorga de opções de compra de ações a colaboradores selecionados pelo Conselho de Administração. As opções outorgadas no âmbito do plano estão limitadas a 3% do total das ações do capital social subscrito e integralizado da Sociedade.

Cada opção de compra dos empregados pode ser convertida em uma ação ordinária do Fleury S.A. no momento do exercício da opção, sendo que esta poderá ser exercida a qualquer momento a partir da data de aquisição de direito até seis anos da data da outorga, quando expiram. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito a dividendos ou ao voto, até seu efetivo exercício.

O Conselho de Administração da Sociedade é responsável por determinar, em cada outorga, os participantes do plano, bem como o número de ações a serem adquiridas no exercício de cada opção, o prazo de vigência, o preço de exercício, as condições de pagamento e demais condições.

O exercício total das opções poderá ser realizado em, no mínimo, quatro anos a contar da data de assinatura do contrato de opção, em parcelas assim definidas: (a) até 33% do total de ações objeto da opção a partir do final do segundo ano; (b) até 33%, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano, ou até 66% do total das ações, descontadas as já exercidas; e (c) 34% restantes ou até 100% do total de ações a partir do quarto ano.

Os participantes terão o prazo máximo de seis anos para exercer as opções, contados da data de outorga das opções.

O preço de exercício das opções será baseado na média ponderada dos pregões do mês imediatamente anterior à assinatura do contrato de opção. Excepcionalmente para a primeira outorga, o preço de exercício das opções será equivalente ao preço por ação estabelecido no âmbito da primeira oferta pública primária de ações ordinárias de emissão da companhia (“IPO”).

As seguintes outorgas foram realizadas até a data:

Data	Opções de Compras Outorgadas	Preço do Exercício das Opções*	<u>Posição em 31/12/2012</u>		<u>Posição em 31/12/2011</u>	
			<u>Quantidade</u>	<u>Preço do Exercício</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Preço do Exercício</u>
Outorga de 2012 02 de Maio de 2012	732.746	24,39	623.163	24,93	-	-
Outorga de 2011 22 de Fevereiro de 2011	327.825	25,76	204.122	27,82	282.173	26,62
Outorga de 2010 02 de Fevereiro de 2010	552.625	16,00	135.397	18,06	271.018	17,28

\* O preço das opções será atualizado pela variação do IPCA.

No período findo em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade reconheceu uma despesa “pro-rata” desde a data da outorga, no valor de R\$1.816 (R\$1.365 lançada em “Despesas Gerais e Administrativas”, no período findo em 31 de dezembro de 2011).

### 30. LUCRO POR AÇÃO

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	106.588	100.647
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	156.270.003	135.449.445
Média ponderada da quantidade de ações em tesouraria	<u>-</u>	<u>-</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<u>156.270.003</u>	<u>135.449.445</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,68</u>	<u>0,74</u>

#### Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Sociedade teve ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o período conforme relativo ao Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	106.588	100.647
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	156.270.003	135.449.445
Ajuste por opções de compra de ações	<u>48.133</u>	<u>72.247</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro por ação diluído	<u>156.318.136</u>	<u>135.521.692</u>
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,68</u>	<u>0,74</u>

### **31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS**

A Administração efetua análises do Grupo Fleury baseada em dois segmentos de negócios relevantes: (i) Medicina Diagnóstica e (ii) Medicina Integrada. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são



unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

	31/12/2012			31/12/2011		
	Medicina diagnóstica (MD)	Medicina integrada (MI)	Consolidado	Medicina diagnóstica (MD)	Medicina integrada (MI)	Consolidado
<b>Receita líquida</b>	<b>1.234.504</b>	<b>267.279</b>	<b>1.501.783</b>	<b>947.175</b>	<b>178.566</b>	<b>1.125.741</b>
<b>Resultado do segmento</b>	<b>256.832</b>	<b>57.942</b>	<b>314.774</b>	<b>184.511</b>	<b>15.061</b>	<b>199.572</b>
Depreciação e amortização	-	-	100.263	-	-	58.527
Resultado financeiro	-	-	(58.619)	-	-	(7.710)
Lucro líquido antes dos impostos	=	=	<u>155.892</u>	=	=	<u>133.335</u>
Ativo total	-	-	<u>2.738.159</u>	-	-	<u>2.841.937</u>
O ativo total inclui:						
Ágio	1.105.143	214.910	1.320.053	1.114.385	198.548	1.312.933
Marca	11.013	1.288	12.301	11.947	1.461	13.408
Contratos	-	135.089	135.089	-	150.527	150.527
Ativos não alocados	=	=	<u>1.270.716</u>	=	=	<u>1.365.069</u>
Passivo total	-	-	<u>1.032.251</u>	-	-	<u>1.210.056</u>

O ágio e o reconhecimento dos ativos intangíveis (Marcas e Patentes) decorrentes da aquisição do Diagnoson, nos valores de R\$50.228 e R\$2.973, respectivamente, foram totalmente alocados no segmento de MD.

O ágio de R\$934.423 decorrente da aquisição da LabsCardiolab, foi alocado nos segmentos de MD e MI, nos valores de R\$729.503 e R\$204.920, respectivamente. O valor de contratos de R\$154.387, fora totalmente alocado no segmento de MI.

## 32. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade mantém política de efetuar cobertura de seguros de forma global para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos, lucros cessantes e/ou responsabilidades, por valores suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades e de acordo com a avaliação da Administração e de seus consultores

especializados. O prêmio líquido das apólices de seguros da Controladora vigentes em 31 de dezembro de 2012 é de aproximadamente R\$1.191. Os contratos possuem prazo de vigência até outubro de 2013. A seguir, o limite máximo da importância segurada das principais coberturas de seguro em 31 de dezembro de 2012:

	<u>Consolidado</u>
Riscos Operacionais	R\$ 532.000
Responsabilidade civil	R\$ 35.500
Transporte internacional - importação	US\$ 1.200

### **33. EVENTOS SUBSEQUENTES**

#### **33.1 – Segunda emissão de debêntures**

Em 15 de fevereiro de 2013, a Sociedade realizou sua segunda emissão de debêntures por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária. Foram captados, no âmbito da Oferta Restrita, um total de R\$500.000, em série única. As Debêntures serão amortizadas em três parcelas anuais e iguais em 12 de dezembro de 2018, de 2019 e de 2020 e possui pagamento semestral de remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de spread de 0,85% ao ano, base 252 dias úteis, não havendo resgate antecipado facultativo bem como repactuação.

#### **33.2 – Grupo Papaiz**

Em 31 de janeiro de 2013, a Sociedade concluiu a aquisição do Grupo Papaiz mediante o cumprimento das condições precedentes das partes e a aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Com a conclusão da operação, foi assinado Acordo de Acionistas entre Fleury CPMA e Clidec, no qual Fleury S.A. e Odontoprev S.A. (OdontoPrev) figuram como intervenientes anuentes, tendo como objetivo regular determinados aspectos de suas relações na qualidade de acionistas da Papaiz. Fleury CPMA deterá 51% do capital social do Grupo Papaiz. A Clidec, controlada pela OdontoPrev, deterá os 49% restantes. O valor total da aquisição foi de R\$ 18,4 milhões.

Com mais de 30 anos de existência e especializada em radiologia odontológica, o Grupo Papaiz conta com 8 unidades operacionais na região metropolitana de São Paulo oferecendo serviços de tomografia, radiografias intra e extra-bucais, documentação ortodôntica e modelos de arcada dentária.

Nos 12 meses finalizados em junho de 2012, a Receita líquida (não auditada) é de R\$ 13MM. A partir de 01/02/2013, a integração do Grupo Papaiz passou a fazer parte dos projetos de alto impacto da Sociedade.